

O Brasil já paga juros de quase 20% ao ano. Veja o que Galvêas diz.

Ele admite que é caro. Mas diz que são as mesmas taxas pagas pelos outros devedores.

Alguns empréstimos já estão tendo um juro de quase 20% ao ano para o Brasil. Isto é o que se conclui de informações dadas ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Ele garantiu, porém, que o governo está aceitando taxas idênticas às impostas a países como Chile, Equador, Argentina, Peru e México. O ministro aproveitou para responder às críticas do presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, assegurando que a soberania nacional não foi arranhada nas negociações com os banqueiros internacionais.



Segundo o ministro, o governo já está admitindo pagar uma Libor ou prime rate "um pouco acima" de 13%. Ele não revelou, porém, a quanto chega o spread (taxa de risco). De qualquer modo, a informação surpreendeu mesmo aos mais qualificados assessores oficiais, que estimavam o custo dos empréstimos em 10,5% de Libor, e em 11% de prime rate, mais 5% entre spread, comissões e outras taxas exigidas pelos banqueiros. Na Argentina, as autoridades revelaram na Justiça, há poucas semanas, que estavam pagando 3% de taxas, além dos juros de mercado, na renegociação da dívida. Atualmente, disse Galvêas, o governo negocia de uma redução do spread.

"Uma porção de taxas"

O governo concorda em pagar "uma porção de taxas, dependendo do projeto". Alguns projetos pagam spread de 0,625%, que cresce para 0,875%, depois para 1,2% nos casos dos projetos 3 e 4 (restauração das linhas de crédito à exportação e crédito interbancário). A taxa dos projetos 1 e 2 (jumbo de US\$ 4,0 bilhões e rolagem de US\$ 4,4 bilhões) também é variável, dependendo se para o setor público ou privado.

Na sua primeira entrevista desde que retornou dos Estados Unidos, onde participou da reunião anual do FMI e Banco Mundial e negociou o fechamento do novo pacote financeiro, Galvêas disse que o Brasil necessita de US\$ 11,2 bilhões para 83 e 84, distribuídos assim: US\$ 6,5 bilhões de recursos novos dos bancos comerciais internacionais;

US\$ 2 bilhões de rolagem com o Clube de Paris; US\$ 2,5 bilhões para financiar importações, e US\$ 200 milhões do Banco Mundial.

Para fechar o balanço de pagamentos este ano, faltam mais de US\$ 3,5 bilhões, referentes ao projeto 4 (restauração das linhas de crédito interbancário). Agora, o governo espera receber US\$ 3 bilhões de recursos novos (dos US\$ 6,5 bilhões) ainda este ano, além de contar como garantida a liberação das parcelas retidas do jumbo (US\$ 1,7 bilhão) e do acordo com o FMI (US\$ 1,4 bilhão). Do primeiro, só receberá US\$ 300 milhões, porque US\$ 1,4 bilhão serão para pagar empréstimos de curto prazo com os bancos, captados ano passado para fechar o balanço de pagamentos. Do dinheiro do FMI só sobrarão US\$ 140 milhões, porque US\$ 1,06 bilhão vão para o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Portanto, o que sobrar (US\$ 440 milhões) será utilizado para pagar débitos atrasados, que já estão em mais de US\$ 3 bilhões, devendo atingir US\$ 4,5 bilhões até dezembro, de acordo com o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

O ministro da Fazenda considerou "premature" afirmar qualquer coisa sobre a data de liberação dos US\$ 3 bilhões pelos bancos, mas manifestou a convicção de que "tudo dará certo": até dezembro, o governo porá todas as contas em dia e começará 84 "no ponto zero". Galvêas disse que os bancos ainda estão negociando como vão liberar os US\$ 6,5 bilhões, mas o governo espera um desembolso inicial de US\$ 3 bilhões este ano, e o restante em quatro parcelas no ano que vem.

Segundo o ministro, os projetos 3 e 4 deverão permanecer estáveis no próximo ano. Atualmente, o projeto 3 tem US\$ 8,8 bilhões e o 4, mais US\$ 6 bilhões. Galvêas garantiu, também, que a centralização cambial será suspensa em dezembro. "Se todas as negociações forem implementadas.

Resposta a Ulysses

Galvêas acusou o deputado Ulysses Guimarães, de fazer "intriga típica com o sentido visível de desprestigiar as negociações brasileiras perante a opinião pública nacional", com a sua denúncia de que a ausência das autoridades brasileiras na reunião do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, com os bancos credores, na semana passada, em Washington, representa a entrega do controle das negociações da dívida externa brasileira ao Fundo.

Galvêas assegurou, através de sua assessoria de imprensa, depois da entrevista coletiva que concedeu ontem pela manhã, que aconteceu justamente o contrário: "A delegação brasileira trabalhou todas as frentes de negociação, separadamente, bilateralmente, como convém. Discutimos os nossos problemas e os nossos interesses com os banqueiros privados, com entidades oficiais, com o FMI, Banco Mundial, Bid, com vários presidentes de bancos centrais, com o secretário do Tesouro norte-americano, com os ministros da Fazenda do Canadá, Alemanha, França e Japão. Separadamente, como convém aos nossos interesses e à estratégia das nossas negociações".

— As reuniões do diretor do FMI com os ministros da Fazenda do Grupo dos Dez e depois com os presidentes dos principais bancos — acrescentou Galvêas — obedeceram a um propósito paralelo de demonstrar, com conhecimento de causa e na posição equilibrada de uma respeitável instituição internacional, a necessidade de uma ação global na solução do caso brasileiro. Segundo o ministro, o objetivo das reuniões foi ajudar o governo a concluir suas negociações.

"Intriga da oposição"

Para Galvêas "não teria cabimento o comparecimento do ministro da Fazenda do Brasil ou de qualquer outro representante brasileiro a essas reuniões, porque nós não delegamos a ninguém, a nenhum órgão, a nossa responsabilidade de negociar. Se representantes do governo estivessem presentes a essas reuniões presididas pelo diretor-gerente do FMI, o Sr. Ulysses Guimarães poderia dizer, como disse, que se entrega abertamente o controle da nossa dívida ao Fundo Monetário".

— Mas o Brasil não fez isso. O Fundo Monetário apenas reforçou os nossos argumentos junto aos ministros, instituições oficiais e banqueiros privados, sem criar o constrangimento da presença brasileira nessas reuniões. Nós coordenamos o nosso próprio trabalho e, por isso mesmo, não negociamos debaixo de coordenação, nem do Fundo, nem de ninguém, negociamos com a mesma soberania e altivez de sempre com cada uma das partes a quem temos ligados os nossos interesses financeiros, e o que importa é que nós alcançamos os objetivos de nossas negociações. O resto — finalizou Galvêas — é fofoca, intriga da oposição".